

PEDAGOGIA CRÍTICA COMO PRÁXIS ORGANIZACIONAL: DESAFIANDO O FIM DA SOCIEDADE CIVIL EM UM TEMPO DE GUERRA PERMANENTE

Peter McLaren e Nathalia E. Jaramillo

Tradução de Magda Floriana Damiani

Dedicado a Rachel Corrie

Resumo

O artigo analisa a atual crise da esquerda norte-americana e a perspectiva de luta por parte dos movimentos sociais para defender a esfera pública contra as práticas neo-liberais e imperialistas do capitalismo globalizado, que busca a consolidação de um domínio político unipolar e a conquista de novos mercados. Nesta perspectiva, enfoca a invasão do Iraque como uma estratégia para “liberar” esse país para o investimento corporativo e controle por parte dos americanos, revelando uma simbiose entre capitalismo e imperialismo, disfarçada de democracia. Tal tendência vem tomando corpo nos últimos dois séculos, por meio das invasões de Cuba, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Haiti, Colômbia, Granada e Panamá, que representam um assalto a forças que estão tentando construir uma sociedade mais justa e igualitária: as classes trabalhadoras dos países subdesenvolvidos. O trabalho tem a intenção de iniciar um diálogo com os educadores progressistas, que vêm sendo silenciados e domesticados pelas organizações conservadoras, desafiando-os a revitalizar suas raízes políticas e seu papel na esquerda da sociedade civil.

Palavras-chave: educação progressista, imperialismo norte-americano, guerra do Iraque.

CRITICAL PEDAGOGY AS ORGANIZATIONAL PRAXIS: CHALLENGING THE DEMISE OF CIVIL SOCIETY IN A TIME OF PERMANENT WAR

Abstract

The paper analyses the current crisis of North-American left and the fighting perspective, on the part of social movements, to defend the public sphere against the neo-liberals and the imperialists from globalized capitalism which aims at the consolidation of an unipolar public domain and the conquering of new markets. In such perspective, it focus on the invasion of Iraq as a strategy to “liberate” this country for corporate investment and control on the part of Americans, revealing a symbiotic process between capitalism and imperialism, disguised as democracy. Such a tendency has become salient during the last two centuries, through the invasions of Cuba, Nicaragua, Guatemala, El Salvador, Haiti, Colombia, Grenada and Panama, which represents an attack on the forces that are trying to build a fairer and more egalitarian society: the working classes of the under-developed countries. The paper has the intention to start a dialogue with progressive educators, who have been silenced and domesticated by the conservative organizations, challenging them to revitalize their political roots and their role in the left side of the civil society.

Key-words: progressive education, North-American imperialism, Iraq war.

A Crise da Esquerda Educacional nos Estados Unidos

Educadores críticos, hoje, estão assiduamente lutando para defender a esfera pública contra a sua integração em práticas neoliberais e imperialistas do Estado e do animal gigantesco, que é o capitalismo globalizado. Ao mesmo tempo em que ninguém fala seriamente em tomar o Estado em nome dos trabalhadores que lutam contra os “petrolarcas” de Washington, há indicações promissoras de que os movimentos sociais nos Estados Unidos tornar-se-ão mais ativos nos dias que virão. Com os falcões da administração, tais como o Secretário da Defesa Donald Rumsfeld, o Vice-Presidente Dick Cheney, o Vice-Secretário da Defesa Paul Wolfowitz, o Subsecretário de Estado John Bolton e o membro da Comissão de Políticas de Defesa Richard Perle liderando a carga exercida pela Casa Branca em prol da “guerra preventiva”, fica claro que sua fidelidade ao projeto imperialista, Novo Século Americano, é alimentada pelo triunfalismo, pela consolidação e domínio político unipolar e pela conquista de novos mercados. Os bacanais do patriotismo que tomou conta das cidades grandes e pequenas, por todo o país, cegou os cidadãos americanos em relação aos milhares de civis inocentes mortos na “liberação” do Iraque. O slogan, que pingava vermelho e preto dos cartazes contra a guerra, e que dizia “Não troquemos sangue por petróleo” aumentou, se é que tanto, sua relevância desde a invasão militar americana do Iraque. Assim como está, a OPEP fica fora do âmbito de um controle completo por parte dos Estados Unidos. A influência americana sobre as vastas reservas de petróleo inexploradas mudaria claramente a equação do poder. A oposição dos iraquianos à espoliação de seu país por parte do “livre mercado” dos Estados Unidos foi um fator preponderante na decisão de invadir o Iraque, por parte da administração Bush. O desejo de obter “mercados livres” e de abrir a possibilidade de investimentos por parte de corporações americanas está, agora, acompanhado pela mais formidável presença militar jamais conhecida pela humanidade. Uma presença fundamentalmente sem oposição. O Iraque está, agora, “liberado” para o investimento corporativo e controle americanos, tendo sido “pacificado” e transformado em um estado cliente. A julgar pela história americana recente, o futuro irá, sem dúvida, requerer que muitos outros milhões morram no Oriente Médio, rico em petróleo, e em outros lugares do planeta, em benefício do império dos Estados Unidos. A junta de Bush tem lições sérias a aprender. Não se pode fazer democracia com bombardeio. Os valores igualitários universais da democracia requerem aceitação recíproca e perspectivas mútuas.

Como aconteceu nos últimos dois séculos, quando as tropas americanas invadiram Cuba, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Haiti, Colômbia, Granada e Panamá, a recente invasão do Iraque não conta somente a história da democracia ocidental e das raízes imperialistas da política externa americana, mas também mostra a simbiose entre capitalismo e imperialismo. Sem contar a ilegalidade da invasão e a ideologia imperialista que guia a

doutrina americana da “guerra preventiva”, necessitamos somente olhar para os 7.000 anos de história humana, que têm sido defenestrados, roubados ou mesmo tornados pó, para entender que tipo de democracia está prevista para o Iraque. Mostrando uma violência simbólica mais deprimentemente poderosa do que quando uma cortina azul foi colocada sobre a Guernica de Picasso, em frente às salas do Conselho de Segurança da ONU, de maneira que o brilho da foto ampliada de Colin Powell não fosse abalado pela obra de arte anti-guerra, ou quando Laura Bush cancelou um simpósio de poesia na Casa Branca ao ser informada, pelos seus conselheiros, de que alguns dos poemas poderiam revelar sentimentos anti-guerra, os Estados Unidos estarreceram o mundo, uma vez mais, ao não conseguir impedir – ou ao encorajar, segundo alguns dizem – o roubo e a destruição licenciosos de 170.000 tesouros da antiguidade, sem preço, no Museu Arqueológico de Bagdá, assim como em um museu na cidade setentrional de Mosul (tesouros que incluíam as tábuas do Código de Hamurabi). Colecionadores de arte multimilionários dos estados capitalistas avançados esperam, com antecipação ar-condicionada, o recebimento de artefatos de valor inestimável cujo roubo planejado foi uma das muitas facetas da invasão americana do Iraque. Que cofre de escritório secreto contém, agora, a estátua do rei Entemena, ou do deus assírio Ashur, ou a harpa de ouro de Ur? Em uma ação que lembra a destruição de Teotihuacan, a pilhagem romana de Cartago, ou a devastação que visitou Constantinopla durante a Quarta Cruzada, os Estados Unidos facilitaram a liquidação do que tem sido chamado de berço da civilização. Talvez as lideranças militares americanas pudessem aprender algo de uma pessoa graduada da Faculdade de Trumbull, Susannah Rutherglen (2003), que, comentando sobre “o assassinato dos museus nacionais iraquianos”, escreve:

A obra de arte é a portadora de nossa memória cultural; é o único indício que mantemos do fato de que vivemos. Muito antes de Sigmund Freud ter comparado as ruínas de Roma às camadas do inconsciente humano, a obra de arte já representava um depósito duradouro dos conteúdos efêmeros das vidas humanas, um lugar em que podemos recuperar o significado de nossa cultura e de nós mesmos através do tempo.

Talvez os iraquianos tivessem sido melhor sucedidos se tivessem colocado seus museus dentro dos campos de petróleo que são – em total contraste – guardados cuidadosamente pelos militares americanos. Enquanto os campos de petróleo eram protegidos por tanques e transportadores de pessoal blindados, os cidadãos roubavam e queimavam livremente os Arquivos Nacionais, a biblioteca Korânica, o Ministério da Irrigação, o Ministério da Indústria, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Informação e o Ministério do Comércio (só para não mencionar três hospitais).

Na verdade, todos os ministérios da cidade foram queimados, exceto o Ministério do Interior (com sua riqueza de informação da inteligência do Iraque) e o Ministério do Petróleo, assim como os escritórios das Nações Unidas, as embaixadas e os shoppings (Fisk, 2003a; 2003b).

Como se os roubos e incêndios de Bagdá não fossem suficientes, os cidadãos do Iraque foram para a prisão. O comando da Primeira Divisão de Fuzileiros Navais (marines), recentemente, lançou sua “Mensagem aos Cidadãos de Bagdá”, que dizia “por favor, evitem sair de casa durante a noite, depois das preces noturnas. Sabe-se que, nesse horário, as forças terroristas associadas com o antigo regime de Saddam Hussein, assim como vários criminosos, movimentam-se pela área... por favor, não deixem suas casas nesse período. Por favor, aproximem-se de posições militares da Coalizão com extrema cautela” (Fisk, 2003). Os iraquianos permanecem chaveados, desde o entardecer até o amanhecer, sem eletricidade ou água corrente. Entretanto, o que a mídia divulga, principalmente, são as comemorações de rua dos iraquianos, dando as boas-vindas aos heróis conquistadores. Mesmo assim, como Alexander Cockburn observa:

Há animação nas ruas, agora. Isto não é nenhuma grande surpresa. Saddam não era um cara popular e, de qualquer forma, as pessoas sabem qual o lado de seu pão em que está a manteiga. Nunca esqueça, cidadãos honestos de Nagasaki patrocinaram um concurso festivo para a Miss Bomba Atômica, quase no início da ocupação americana no término da Segunda Guerra Mundial. Como tenho certeza que Martha Stewart nos diria, a arte de viver é aprender a ajustar-se rapidamente às circunstâncias modificadas (2003, p. 12).

Junto com a vibração pela “liberação”, aparecem os gritos frenéticos e acelerados contra uma longa presença americana. Apenas alguns dias após a retirada recalcitrante da estátua de Saddam Hussein (que tinha um mês de idade), cujas imagens inundaram as estações de T.V. por todo o país, centenas, senão milhares, de iraquianos ocuparam as ruas para demonstrar uma severa resolução contra a ocupação americana de longo prazo. Recepcionada por rifles M-16, que deixaram pelo menos cem feridos e aproximadamente uma dúzia de mortos, o povo iraquiano continua a mostrar sinais onde se lê “Ocupantes, Voltem para Casa” e “Nada de Estados Unidos e Reino Unido no Iraque” (Keane, 2003).

Quando Colin Powell estava advogando cortes no orçamento militar dos Estados Unidos, em 2001, ele era citado, dizendo: “Pensem seriamente sobre isso. Os demônios estão acabando. Os vilões estão acabando” (citado em Gibbs, 2002, p. 15). Um ano mais tarde, Condolezza Rice claramente pressionava para a aceitação de uma agenda completamente diferente:

Os Estados Unidos têm considerado extremamente difícil definir seus “interesses nacionais” na ausência do poder soviético... Fica claro, por meio das referências continuadas ao “período pós Guerra Fria”, que não sabemos como pensar a respeito do que vem após o confronto Estados Unidos – União Soviética. No entanto, tais períodos de transição são importantes, porque oferecem oportunidades estratégicas. Durante esses tempos fluidos, pode-se afetar o formato do mundo que virá.

As oportunidades, a que Rice se referia, poderiam ser sumariadas pela transformação da política externa dos Estados Unidos em um motor de modernização econômica, que poderia fazer com que o mundo marchasse, inexoravelmente, para a abertura econômica – claramente, Rice estava apoiando, naquela época, políticas externas que advogassem a globalização neoliberal como meio de exportar democracia para todo o globo. A esse respeito, ela argumentava que “os Estados Unidos e seus aliados estão no lado certo da história”. É igualmente incriminador o fato de que, vários anos depois, Rice adotaria uma linha mais dura ainda, ecoando a perspectiva unipolar dos falcões da administração. Em entrevista a Nicholas Lemann, para a revista The New Yorker, ela falou a respeito do que o ataque de 11 de setembro gerou, nas iniciativas da política externa americana:

‘Eu penso que a dificuldade de definir um papel passou’. Imediatamente, ela disse: ‘Penso que o 11 de setembro foi como um daqueles enormes terremotos, que clareiam e aguçam. Os eventos aparecem com um perfil muito mais preciso’. Como Bush, ela disse que a oposição ao terrorismo e a prevenção da acumulação de armas de destruição em massa ‘na mão de estados irresponsáveis’, agora definem o interesse nacional... Rice disse que convocou uma reunião com os membros mais antigos do Conselho de Segurança Nacional e solicitou-lhes que pensassem seriamente sobre ‘*como capitalizar essas oportunidades*’ para modificar fundamentalmente a doutrina americana e moldar o mundo no despertar do 11 de setembro” (The New Yorker, 4/1/02, grifos adicionados; esta citação foi retirada da Unidade de Pesquisa em Economia Política, 2003).

De acordo com a Unidade de Pesquisa em Economia Política da Índia (2003), a citação de Rice revela que o alvo da política externa americana não é o terrorismo. Ao contrário: “A suposta supressão do terrorismo no mundo meramente oferece, aos Estados Unidos, ‘oportunidades’ para cumprir sua agenda estratégica sem limites geográficos ou temporais”. Não é, portanto, uma surpresa verificar que existe uma ligação entre a globalização neoliberal e a postura militar agressiva dos Estados Unidos, especialmente quando o complexo militar-industrial tornou-se um ator econômico de tal

importância (Gibbs, 2001). Como aponta Richard Friedman: “A mão oculta do mercado nunca vai ser efetiva sem um punho oculto – McDonald’s não pode florescer sem McDonnell-Douglas, o projetista do F-15. E o punho escondido, que mantém o mundo seguro para as tecnologias do Vale do Silicó, chama-se Exército, Aeronáutica, Marinha e Batalhão de Fuzileiros Navais americanos (citado em Gibbs, 2001, p. 33-34). A globalização neoliberal dá uma vantagem competitiva muito poderosa aos países desenvolvidos e beneficia os Estados Unidos, especialmente por meio da liberação das finanças internacionais e da função única do dólar na economia internacional (Gibbs, 2001). No processo, isso exacerba a estratificação classista e étnica da economia mundial. Grandin oferece a seguinte descrição sucinta:

Junto com o neoliberalismo, temos a missão neocivilizatória. O Ocidente distribui a democracia do livre-mercado, de uma forma ou de outra, para o resto do mundo, ou por meio de uma mistura adequada de tecnologia, mercados, constituições, bens de consumo, ou por meio do gatilho de uma arma inteligente (2003, p. 29).

A agenda estratégica da reconstrução democrática do livre-mercado, da qual fala Rice, é, na verdade, uma outra forma de descrever o assalto às forças que estão tentando construir uma sociedade mais justa e igualitária: as classes trabalhadoras dos países subdesenvolvidos.

Dizer que os alvos aparentes dos ataques americanos são os *regimes* desses países, não faz sentido, pois nenhum deles pode ser considerado como uma ameaça aos Estados Unidos. Na realidade, muitos deles, tais como a Arábia Saudita e o Egito, são seus clientes. Ao contrário, os alvos reais são as massas anti-imperialistas da região, que alguns regimes não aceitam e outros são incapazes de controlar. São essas massas anti-imperialistas da Ásia Ocidental, e não os seus governantes, tenham eles o matiz que tiverem, que sempre se constituíram na real ameaça à dominação americana. Os Estados Unidos parecem acreditar que seu poder avassalador e altamente sofisticado consegue lidar com as massas de maneira efetiva, se essas vierem a céu aberto. É por essa razão que eles até contemplam a *provocação* de rebeliões dessas massas para ter ocasião de esmagá-las. (Unidade de Pesquisa em Economia Política, 2003)

O caso da América Latina oferece um exemplo convincente. Estamos testemunhando a recolonização da América Latina por meio da militarização no momento em que novas bases americanas são instaladas em Manta (Equador), Três Esquinas e Letícia (Colômbia), Iquitos (Peru), Rainha Beatriz (Aruba), e Hato (Curaçao). Os Estados Unidos estão treinando

militares latino-americanos do Chile, Brasil, Bolívia, Equador, Peru e Uruguai como parte da Operação Cabanas, na Argentina. Em adição ao infame Plano Colômbia, os Estados Unidos estão instalando o Sistema de Vigilância da Amazônia, que pode monitorizar 5,5 milhões de quilômetros quadrados, assim como um radar gigantesco na Argentina (Mendonça, 2003). Enquanto as lutas empreendidas pela esquerda latino-americana contra as ditaduras fascistas apoiadas pelos americanos eventualmente terminaram a partir da restauração das regras constitucionais em um número de países, os Estados Unidos continuam a dissuadir partidos políticos da região a realizar mobilizações de massa; os Estados Unidos prefeririam que tais partidos adotassem políticas democráticas mais “modernas” de “representação passiva e negociação entre as elites” (Grandin, 2003, p. 29). Além disso, ocorre um constante ataque em relação à democracia direta por meio da diminuição de esforços populares regionais e domésticos de regulação da economia:

Washington arquitetou algumas medidas antidemocráticas – tais como tratados internacionais que limitam a possibilidade de estados locais implementarem regulações e o estabelecimento de bancos centrais independentes, que removam as políticas monetárias do debate público – restringindo a vontade popular. (Grandin, 2003, p. 29)

Enquanto os civis continuam a festejar e a morrer no Iraque, com regularidade funesta, um empreiteiro privado, com ligações estreitas com o Partido Republicano, Betchtel Corporation, foi contactado, pelo Departamento de Estado americano, para ser o empreiteiro principal na reconstrução da infra-estrutura iraquiana, inclusive das instalações relativas à energia, redes elétricas e serviços municipais de água e esgoto. Isso deve ser considerado como uma boa notícia por Donald Rumsfeld, já que ele trabalhou de maneira muito próxima com Saddam Hussein, de 1983 a 1987, para garantir um contrato de linha de abastecimento de petróleo para a Betchtel. David Moberg (2003, p. 17) escreve que “um novo relatório do Instituto para Estudos sobre Políticas, usando documentos governamentais não-publicados anteriormente, mostra como Rumsfeld e outros auxiliares de Reagan trabalharam junto com Saddam, de 1983 a 1987, — após ser tornado público o uso que este fez de gás venenoso em sua guerra contra o Irã – em uma tentativa mal-sucedida de ajudar a Bechtel Corporation a construir uma nova linha de abastecimento para o petróleo iraquiano”. O novo contrato da Bechtel é de US\$680 milhões e a lógica aqui é a de que, quanto mais infra-estrutura os Estados Unidos destruírem, mais lucrativa a situação para o empreiteiro, baseado em São Francisco, cujo conselho diretor inclui o antigo Secretário de Estado George Shultz. A Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) convidou outras multinacionais para fazer ofertas para a “reconstrução” do Iraque. Alinhada com os esforços reconstitutivos, enfoca-

se a tentativa de assegurar que 8 milhões de crianças iraquianas voltem à escola no outono. Uma companhia lucrativa, Creative Associates International, fez uma oferta de 65 milhões de dólares para reabrir um sistema escolar destruído, resultado principalmente de 12 anos de sanções das Nações Unidas, que levaram à diminuição das taxas de alfabetização de um país que se orgulhava de ter a educação de melhor qualidade do Oriente Médio antes de 1991. Encarregada de instalar “estudos politicamente neutros” por meio da remoção do antigo currículo do partido nacionalista Ba’ath, a Creative Associates International estará sob escrutínio rigoroso dos educadores críticos que gostarão de ver quão politicamente neutro, em relação aos Estados Unidos, será o currículo. A Creative Associates tem, atualmente, contratos multimilionários para “reconstruir” o sistema escolar do Afeganistão, juntamente com outros projetos “libertadores” financiados pela USAID, no Líbano, na Jordânia, em El Salvador e na Guatemala, levando a exuberantes US\$200 milhões em contratos assinados.

Que capitalismo, educação e tecnologia andam de mãos dadas é um truísmo capturado – mesmo que simbolicamente – nos esforços do membro californiano republicano do Congresso Darrel Issa para introduzir uma lei que iria requerer que o Departamento de Defesa construísse um sistema de telefonia celular CDMA¹ (desenvolvido pela Qualcomm, uma das mais lucrativas doadoras para as campanhas de Issa) no Iraque pós-guerra, que beneficiaria “os detentores de patentes americanos”. Conforme Naomi Klein (2003), “quando o povo iraquiano tivesse a chance de opinar sobre a escolha de um governo, as decisões econômicas-chave sobre o futuro de seu país já estariam tomadas pelos seus ocupantes”. É claro que os Estados Unidos vão privatizar, parcialmente, a indústria do petróleo e vender as reservas iraquianas para a Exxon Mobil e a Shell. Os exilados iraquianos serão nomeados para postos no governo interino do Iraque em troca da implementação da privatização “de tal maneira que ela não seja vista como vindo dos Estados Unidos” (Klein, 2003). Klein (2003) escreve

Alguns argumentam que é muito simplista dizer que essa guerra é relativa ao petróleo. Eles estão certos. Ela diz respeito ao petróleo, à água, às rodovias, aos trens, aos telefones, aos portos e às drogas. E, se esse processo não for contido, o “Iraque livre” será um dos países mais vendidos da terra.

Nosso argumento é que a lógica do capital é o que proíbe a democracia de tornar-se um empreendimento da liberdade e da auto-determinação individual. O queijo grátis está sempre na ratoeira. O que estamos vendo acontecer no Iraque não é o triunfo da democracia. Klein (2003) afirma:

¹ Code Division Multiple Access é uma tecnologia, originalmente conhecida como IS-95, que disputa com a tecnologia GSM o domínio do mundo da telefonia celular [NT].

O povo iraquiano, inteiramente ausente desse debate, poderia – quem sabe? – querer manter alguns de seus bens. O Iraque será credor de reparações maciças depois que os bombardeios terminarem. Mas, sem um processo realmente democrático, o que está sendo planejado não são reparações, reconstrução ou reabilitação. É roubo: furto de massa disfarçado de caridade; privatização sem representação.

Mas a situação atual no Iraque – e os eventos que levaram até ela – não seria, precisamente, uma metáfora para o capitalismo globalizado no mundo inteiro? Os Estados Unidos estão advogando uma luta pela liberdade e pela democracia no Iraque – verdadeiramente, uma luta que forma um arco no firmamento como uma vela romana no dia 4 de julho. Ainda assim, a própria democracia que impuseram ao Iraque falhou miseravelmente em termos de materializar-se nos Estados Unidos. Como educadores críticos, não estamos convencidos de que a democracia pode ser sustentada em um país governado pela lei capitalista do valor – com ou sem a imposição do império. O prospecto de democracia parece especialmente desolador nestes tempos em que a administração de Bush coloca o país em um túnel ideológico na tentativa de retornar aos dias de calmaria da era McKinley, em que o gato gordo da indústria comandava um reino financeiro retrógrado, que venerava os direitos da propriedade privada e apoiava a anexação de lucros estrangeiros.

Em um universo social marcado pela destruição, acarretada pela guerra do capitalismo contra a classe trabalhadora e as pessoas de cor, existem poucos refúgios que o mercado global não tenha ainda ocupado. Claramente, os Estados Unidos não se contrapuseram ao vício capitalista da injustiça e seus políticos abriram pouco espaço, nos debates educacionais, para os professores questionarem a relação estruturalmente dependente entre os padrões de vida dos países desenvolvidos e a miséria e pobreza dos subdesenvolvidos. No início do século vinte, esse país não conseguiu levar em conta os conselhos de um de seus maiores filósofos, John Dewey (1927), que, preocupado com “o significado extenso atribuído à Doutrina Monroe”, avisou: “O movimento natural dos negócios, combinado com as noções legalistas anglo-americanas – sobre os contratos e sua santidade – e o costume internacional – que considera como dever de uma nação proteger a propriedade de seus cidadãos – é suficiente para produzir empreendimentos imperialistas”.

Empregando uma política que depende da estupefação do eleitorado aparelhado pela mídia, a administração de Bush conduziu a mídia corporativa a serviço de sua política externa de tal forma que o ambiente está literalmente tingido com sua agenda neoliberal, com muito pouco espaço isento de sua animação ideológica. As salas de aula, que serviam pelo menos como um dos poucos espaços potenciais para o descanso da destruição efetivada pela ideologia dominante, foram agora colonizadas pela lógica

corporativa da privatização e pela ideologia imperial do estado militarizado. Professores são deixados em suspenso sobre uma divisão ideológica que se para razão e irracionalidade, consciência e doutrinação, ao serem lembrados, pelos seus administradores e oficiais do governo, de que trazer “política” para a sala de aula não é patriótico. Consideremos o caso de Bill Nevins, um professor de escola secundária do Novo México, que enfrentou uma inesperada licença remunerada que se sucedeu à leitura, por parte de um aluno, da “Revolução X”, um poema que empresta um olhar crítico à guerra do Iraque.

Para os que seguem o presidente feito crentes, foi Jesus quem primeiro aprovou o plano atual do Pentágono de expandir o império americano no Oriente Médio. É assim que Bush filho, desavergonhadamente, explora os objetivos de suas políticas com freqüentes referências bíblicas e ofertas de solidariedade aos cristãos evangélicos fundamentalistas. Por meio de ordens presidenciais diretas, que logram o debate no congresso e desviam a discussão pública, a Casa Branca lançou iniciativas, baseadas na fé, que fornecem milhões de dólares, em fundos do estado, aos grupos cristãos de direita que administram programas de treinamento para empregos que requerem “total rendição a Cristo”, supervisionam programas de assistência a crianças ou recuperação de dependentes químicos, ou oferecem regeneração moral e espiritual a famílias com problemas.

Tudo isso não passou despercebido pelos educadores críticos. Embora eles se tenham acostumado à marginalização acadêmica, que freqüentemente segue a esteira dos ataques por parte dos educadores mais caipiras e reacionários conservadores, os proponentes e implementadores da pedagogia crítica, há tempos, temem ser jogados no fundo do inferno acadêmico por serem percebidos não somente como perigosamente irrelevantes à democracia dos Estados Unidos, mas também como traidores políticos. Na atual conjuntura da história americana, em que se trava uma “guerra permanente” contra o terrorismo e, ao mesmo tempo, se expande o império americano, poder-se-ia pensar que tal medo é devidamente justificado. Isso ocorre parcialmente devido ao fato de que a pedagogia crítica ganhou sua reputação como uma crítica feroz do imperialismo e da exploração capitalista americana. Entretanto, os tempos mudaram. Hoje, a pedagogia crítica não é mais a crítica perigosa da educação liberal do livre mercado que foi um dia. Ao contrário, ela tornou-se tão absorvida pelo liberalismo cosmopolitanizado da esquerda pós-moderna, que não mais serve como um desafio incisivo ao capital e à hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos. É claro que acreditamos que isso pode mudar. Existem numerosas manifestações, em nossos campi, relacionadas aos movimentos anti-guerra e anti-globalização, que nos dão esperança de que as vozes de nossa juventude – e entre elas, as daqueles que freqüentarão os programas de formação de professores – serão muito mais politizadas ou abertas ao que Freire chamou “conscientização” do que nos anos anteriores. Sem dúvida, isso tem sido encorajado pela mobilização mundial contra Bush e sua, *de facto*, junta militar/petroleira.

Haverá pressão sobre os educadores críticos (que, nos Estados Unidos, são principalmente liberais e não revolucionários) para que respondam às vozes da nova geração de estudantes politizados dos cursos de formação de professores. Mas não será um simples caso de pregar para os convertidos. Existem, no momento, mais do que 80 jornais e revistas com inclinações direitistas, circulando nos campi das faculdades e das universidades em todo o país. Claramente, há um esforço orquestrado por parte das organizações conservadoras no sentido de silenciar as vozes progressistas. Existe uma necessidade de que os educadores de professores tragam um discurso mais radical para dentro da literatura educacional, assim como diretamente para seus programas de formação de professores. Até no campo da pedagogia crítica, essas tentativas têm sido um desapontamento.

Escrito como um contraponto ao ataque furioso da globalização neoliberal e sua “missão civilizatória” em relação aos oprimidos, tanto dos países desenvolvidos quanto dos em desenvolvimento, este artigo é, ao mesmo tempo um comentário a respeito da domesticação da pedagogia crítica e um desafio à revitalização de suas raízes políticas e de seu papel na esquerda da sociedade civil. É destinado a iniciar um diálogo e uma conversa com os educadores progressistas. Especialmente aqueles, entre nós, que vivem na barriga da fera, na gringolândia – em um tempo em que a cidadania tornou-se marcada por uma presença histórica vivida cegamente, acrítica em relação a sua própria auto-formação; em um tempo em que os residentes que habitam as *geoscapes* multifárias da nação são racialmente marcados de forma a torná-los segregados educacionalmente; e em um tempo em que a classe trabalhadora tornou-se incumbida, pelo capital, de preservar a ideologia de mercado neoliberal da classe dominante contra toda e qualquer alternativa – legitimam o status subordinado da classe trabalhadora dentro da divisão social do trabalho existente.

Este artigo é escrito em um tempo de guerra permanente, guerra que não é somente contra os inimigos dos Estados Unidos (que hoje parecem ser um em cada dois países ou organizações/pessoas discordantes), mas também guerra contra a classe trabalhadora, pessoas de cor e mulheres (guerra que data da fundação violenta do próprio país). Isso não significa dizer que os tempos não mudaram. Por exemplo, Bush filho, um beneficiário da assim chamada “boa linhagem” do ‘Episcopado’, conseguiu entrar em Yale no tempo em que o ‘caráter’ (leia-se o capital cultural das famílias brancas, ricas, ‘colher de prata’) era um distintivo de mérito único. Atualmente, formas mais ilustres de testecracia, escores de testes de aptidão cientificamente inválidos e não-confiáveis, que se correlacionam bem com classe social, raça e bagagem lingüística – servem de rota primária para a academia. O racismo explícito e os privilégios de classe da elite governante possibilitam que, agora, a burguesia negligencie a noção de ‘boa linhagem’ e se esconda sob a ‘objetividade’ dos escores dos testes da escola secundária e nos critérios para ingresso na universidade, em um tempo em que a meritocracia foi, presumi-

damente, assegurada. A atitude condescendente e de superioridade de Bush filho em relação às populações étnicas, tanto em casa como no exterior, são reflexo disso. Como William Saletan (2003) salientou, o Presidente Bush gosta de usar a expressão ‘bem dotados’ quando se dirige aos iraquianos em suas telas de TV. “Vocês são pessoas boas e bem dotadas”, ele dizia, enquanto as legendas em árabe apareciam sob seu rosto durante uma transmissão que seguiu o início da destruição de Bagdá. Saletan observa que Bush usou a expressão ‘bem dotados’ sete vezes durante seu mandato, uma vez para se referir a Bill Cosby, uma a Martin Luther King e quatro vezes a iraquianos e palestinos. A outra vez foi quando ele estava lendo o script de uma cerimônia de entrega de prêmios na área de artes. Ele se referiu aos iraquianos e latinos como “talentosos”. Os chineses foram referidos por Bush como ‘talentosos, brilhantes e energéticos’, enquanto os russos são apontados como possuidores de “talento empreendedor”. Os americanos irlandeses apresentam “industriosidade e talento”, enquanto os cubanos demonstram “determinação e talento”. Saletan nota, com propriedade, que tais descrições são equivalentes a um discurso obscenamente condescendente que as pessoas brancas freqüentemente usam para se referir a povos “étnicos”, que necessitam que se lhes diga que são capazes. Saletan afirma:

Se você é negro, hispânico ou membro de algum outro grupo, freqüentemente estereotipado como incompetente, você pode estar familiarizado com esse tipo de condescendência. É a maneira como as pessoas brancas bem educadas expressam sua surpresa em relação ao fato de que você não é burro. Eles ficam maravilhados por ver quão inteligente e articulado você é. Ao invés de tratar você como eles tratariam uma pessoa branca, igualmente competente – digamos, ignorando-o – eles fazem um estardalhaço a respeito de cada uma de suas realizações.

Na atual conjuntura histórica, enquanto a direita usa cada chance que aparece para substituir o salário social pelo sistema de livre mercado, enquanto o pensamento conservador armazena planos para privatizar o que restou da devastada esfera pública, milhares de professores e educadores de professores, por todo o país, voltam-se para a esquerda à procura de orientação e liderança. Atordoados pelos resultados de uma pesquisa do New York Times/CBS News, que revelou que 42% do público americano acreditam que Saddam Hussein é diretamente responsável pelos ataques de setembro, e que 55% acreditam que ele apóia diretamente a al-Qaeda, os educadores americanos estão sentindo-se sem poder diante da força hegemônica da mídia corporativa de direita. Sob o manto da democracia, o jargão festivo de Bush, a respeito de salvar a civilização das hordas de terroristas, ressoa no ar. Os americanos que têm idade suficiente para lembrar da propaganda anti-comunista do final da década de 1940 e da década de 1950, estão experimen-

tando um *dejà vu* político. Milhões leram os livros *É Este o Amanhã: América sob o Comunismo!*, *A Colheita é o Sangue* e *Pesadelo Vermelho*. Em 1948, a Câmara do Comércio dos Estados Unidos publicou *Um Programa Anti-Comunista Para a Comunidade*, que contém uma frase que estranhamente lembra o comentário do Presidente Bush, feito semanas após os ataques de 11 de setembro: “Vocês sabem que eles odeiam a nós e a nossa liberdade”. Aqueles muito jovens para lembrar a era McCarthy experimentam as seqüelas em primeira mão. Alguns vêem isso como a democracia posta em prática. Nem todos estão enganados.

Mesmo quando estamos desintoxicados em relação à obscuridade cheia de nuances que rodeia a atual guerra contra o terrorismo, e liberados do apelo ao patriotismo primitivo da bandeira e dos adesivos de pára-choques que fazem parte da cruzada petulante em prol de uma América decente (isto é, uma América desprovida de seus críticos), promovida por Bush filho, ainda se nota, na academia liberal, a brilhante ausência do desafio ao capital como uma relação social. Ao mesmo tempo em que se fala muito sobre distribuição de renda, surpreendentemente, pouco se fala sobre posicionar-se contra os desvios e mecanismos do regime de lucro do capital, ao invés de processar os criminosos corporativos da CEO². A crítica mirrada do ataque fascista à democracia por parte da administração Bush não representa apenas uma recusa da vontade política por parte dos educadores liberais, mas também uma tomada de consciência de que, se persistirmos em uma economia de mercado internacionalizada, a introdução de controles sociais efetivos para proteger as classes subalternas, marginalizadas e miseráveis, criará desvantagens comparativamente esmagadoras para a nação ou bloco econômico que buscar instituir tais políticas. Se, como educadores liberais (de má vontade) e conservadores (demagógicamente) insistem, não há, efetivamente, nenhuma alternativa para o trabalho dentro da economia de mercado institucionalizada, então, temos que admitir que as políticas neoliberais, que defendem o capitalismo do livre mercado e que minam o que sobrou do estado de bem-estar, fazem sentido. Enquanto, certamente, as punições contra os pobres podem ser escalonadas pela partilha das condições de pobreza de massa por meio de políticas e práticas mais discretas – embora não menos letais – permaneça a questão de como se haver como o estrago que irá, eventualmente, se acometer sobre os pobres e sem poder, na ausência de uma alternativa socialista. É nesse contexto – de possibilidades de ganha-pão, hospitais superlotados e filas de desempregados mais longas do que aquelas de eleitores – que a questão da organização torna-se imperativa para a esquerda em busca de uma alternativa socialista.

² Nota da tradutora: a sigla CEO refere-se ao Collegiate Entrepreneurs' Organization [Organização Colegiada de Empreendedores].

A Política da Organização

Isso nos coloca face-a-face com a espinhosa questão da organização, um problema que tem exercitado ambas as esquerdas, a revolucionária e a progressista, por mais de um século. Max Elbaum (2002) observa que as organizações são cruciais na luta por justiça social. Ele escreve que “sem formas coletivas é impossível treinar quadros, debater teoria e estratégia, espalhar informação e análise ou engajar-se profundamente nas lutas urgentes do dia. Somente através das organizações, os revolucionários podem maximizar sua contribuição nas batalhas correntes e posicionar-se de modo a exercer máxima influência quando revoltas de massa e oportunidades aparecerem (2002, p. 335). Entretanto, ao mesmo tempo, Elbaum adverte que devemos evitar o que ele chama de “becos sem saída sectários” em nossa luta por justiça social. Refletindo sobre suas experiências no Novo Movimento Comunista dos anos 1970s, ele explica que, quando um movimento torna-se um “mundo auto-suficiente” que insiste na solidariedade e na disciplina grupal, isso pode, freqüentemente levar à supressão da democracia interna. O modelo de partido organizado de cima para baixo é, obviamente, um problema para Elbaum. Por um lado, os ativistas sociais necessitam engajar-se com e responder por uma base social grande, ativa e anticapitalista; por outro lado, existem pressões para que se deixe de lado a política revolucionária para causar um impacto imediato nas políticas públicas. Existe um impulso de “retraimento para um nicho pequeno, mas seguro, nas margens da política e/ou de confinamento à propaganda revolucionária” (2002, p. 334). Elbaum cita a máxima de Marx de que períodos de sectarismo socialista que são obtidos quando “a hora ainda não está madura para um movimento histórico independente” (2002, p. 334). Problemas inevitavelmente aparecem quando “fidelidades mais ortodoxas do que as velhas ortodoxias” são usadas para manter a moral dos filiados, necessária para a coesão grupal e para competir com outros grupos. Ele relata que os períodos mais sadios dos movimentos sociais parecem ser aqueles em que quadros bem coesos e outras formas são capazes de coexistir e interagir, considerando-se, ao mesmo tempo, parte de uma tendência política comum. Ele escreve que “diversidade de formas organizacionais (coletivos de editores, centros de pesquisa, coletivos culturais e redes de organização amplas, além de formação de quadros locais e nacionais), juntamente com uma interação dinâmica entre si, forneceram (pelo menos até certo ponto) uma quantidade de pressão em favor da democracia e do realismo que, em outras situações, fluiu da classe trabalhadora orientada para o socialismo” (2002, p. 335). É importante evitar uma abordagem uniforme em todos os setores, especialmente quando as disparidades em termos de conscientização e atividade são inúmeras. Elbaum observa que a liderança centralizada Leninista funcionou a curto prazo, mas “carecia de uma base social substancial e era, quase por definição, hostil a todas as outras da esquerda; elas nunca poderiam quebrar os limites de uma seita” (2002, p. 335). O número de filiados exerce um profundo impacto qualitativo nas estratégias

empregadas e nos modelos organizacionais adotados. Elbaum adverte que as tentativas de construir um partido revolucionário pequeno (um partido em embrião) “cegou os ativistas do movimento em relação à opinião de Lênin de que um partido revolucionário deve não apenas ser um destacamento “avançado”, mas também deve representar e ter raízes em uma ala substancial, com inclinação socialista, da classe trabalhadora” (2002, p. 335). Caminhos realistas e complexos necessitarão ser trilhados. Eles serão claramente dependentes do estado do movimento da classe trabalhadora.

É uma afirmação axiomática, para o constante desenvolvimento da pedagogia crítica, que ela esteja baseada em uma visão alternativa da sociabilidade humana, uma visão que opera fora do universo social do capital, uma visão que vai além do mercado, mas que também vai além do Estado. Ela deve rejeitar a falsa oposição entre o mercado e o Estado. Massimo De Angelis escreve que “o desafio histórico diante de nós é que a questão das alternativas... não seja separada das formas organizacionais que esse movimento dá a si mesmo” (2002, p.5). Dado que temos que nos haver globalmente com a emergente classe capitalista transnacional e com a incursão do capital pelos recantos mais longínquos do planeta, os educadores críticos necessitam de uma filosofia da organização que aborde suficientemente o dilema e o desafio do proletariado global. Ao discutir manifestações alternativas de lutas antiglobalização, De Angelis descreve algumas características promissoras da seguinte forma: a produção de vários contra-encontros; encontros zapatistas; práticas sociais que produzam valores de uso que vão além dos cálculos econômicos e da relação competitiva com o outro, sendo inspiradas nas práticas de solidariedade social e mútua; agrupamentos com ligações horizontais fora de redes verticais nas quais o mercado é protegido e reforçado; cooperação social por meio de democracia popular, consenso, diálogo e reconhecimento do outro; autoridade e cooperação sociais desenvolvidas por meio de relações fluídas e autoconstituídas através da interação; e um novo engajamento com o outro que transcende localidade, emprego, condição social, gênero, raça, idade, cultura, orientação sexual, linguagem, religião e crenças. Todas essas características devem ser secundárias à constituição de relações comunais. Ele escreve:

A cena global para nós é a descoberta do “outro”, enquanto que a cena local é a descoberta do “nós” e, descobrindo o “nós”, mudamos nossa relação com o “outro”. Em uma comunidade, o senso de comunidade é um processo criativo de descoberta, não um pressuposto. Então, fazemos as duas coisas, mas tendo a comunidade em mente, a comunidade como um modo de engajamento com o outro. (2002, p. 14)

Mas, e o estado nacional? Segundo Ellen Meiksins Wood, “o estado é o ponto no qual o capital global é mais vulnerável, tanto como um alvo da oposição nas economias dominantes, como uma alavanca de resistência

nos outros lugares. Isso também significa que agora, mais do que nunca, muita coisa depende das forças de classe particulares encarnadas no estado e agora, mais do que nunca, existe oportunidade assim como necessidade de uma luta de classes” (2001, p. 291). Sam Gindin (2002) argumenta que o estado não é mais um lugar relevante de luta, se entendemos luta como tomar o estado e empurrá-lo em outra direção. Mas o estado é ainda a arena relevante para a contestação, se nosso propósito é transformá-lo. Ele escreve:

A sabedoria convencional diz que o estado nacional, quer gostemos ou não, não é mais um lugar relevante para a luta. Em um nível, isso é verdadeiro. A experiência sugere que, se a nossa noção de estado é aquela de uma instituição que governos de esquerda podem ‘capturar’ e empurrar em uma direção diferente, vamos contribuir pouco para a justiça social. Mas, se nosso objetivo é transformar o Estado em um instrumento para mobilização popular e desenvolvimento de capacidades democráticas, para colocar nossa economia sob o controle popular e reestruturar nossa relação com a economia mundial, então ganhar o poder do Estado representaria os piores pesadelos para o mundo corporativo. Quando rejeitamos estratégias baseadas na vitória, cortando os outros pela raiz, e mantemos nossa luta pela dignidade e justiça nacionalmente, podemos inspirar outros, em outros países, e criar novos espaços para as suas lutas. (2002, p. 11).

Os pressupostos de John Holloway são similares aos de Gindin. Ele argumenta que devemos teorizar o mundo negativamente como um ‘momento’ de prática que faz parte da luta para mudar o mundo. Mas essa mudança não pode vir por meio da transformação do Estado através da tomada do poder, mas deve ocorrer através da dissolução do poder como um meio de transformar o Estado e, conseqüentemente, o mundo. Isto porque o Estado torna as pessoas sem poder ao separá-las do “fazer” (atividade humana). Em nosso trabalho como educadores críticos, a distinção de Holloway entre poder-fazer (potencia) e poder-sobre (potestas) é instrutiva. Poder-para é parte do “fluxo social do fazer”, da construção coletiva do “nós” e a prática do reconhecimento mútuo da dignidade. Poder-sobre nega o fluxo social do fazer alienando, assim, o “nós” coletivo e tornando-o mero objeto de instrução.

Holloway advoga a criação de condições para o “fazer” futuro de outros, através de um poder-para fazer. No processo, não devemos transformar o poder-para em poder-sobre, já que o poder-sobre somente separa os “meios para fazer” do “fazer” real, que atingiu o seu ponto mais alto no capitalismo. Na verdade, aqueles que exercitam o poder-sobre separam o feito da feitura de outros e declaram-no seu. Os que fazem, então, tornam-se desligados da origem do pensamento e da prática, desumanizados ao nível de “objetos” instruídos, sob o comando daqueles que assumiram o poder-

sobre. O poder-sobre reduz as pessoas a meros proprietários e não-proprietários, reduzindo as relações entre pessoas a relações entre coisas. Ele converte o fazer a uma condição estática de ser. Enquanto fazer refere-se a “nós somos” (presente) e “nós não somos” (a possibilidade de ser algo diferente), ser refere-se somente a “nós somos” (presente). Afastar o “nós não somos” rompe com a possibilidade de agenciamento social. A regra do poder-sobre é a regra do “esta é a maneira como as coisas são”, que é a regra da identidade. Quando estamos separados do nosso próprio fazer, criamos nossa própria subordinação. Poder-para não é contra-poder (que pressupõe simetria com o poder), mas é anti-poder.

Holloway lembra-nos que a separação entre fazer e feito não é um fato consumado, mas um processo. Separação e alienação são um movimento contra sua própria negação, contra a anti-alienação. Aquilo que existe na forma de sua negação – ou anti-alienação (o modo de “ser” negado) – realmente existe, apesar de sua negação. É a negação do processo de negação. O capitalismo, conforme Holloway, está baseado na negação do “poder-para”, da dignidade, da humanidade, mas isso não significa que o poder-para (contra-capitalismo) não existe. Afirmar nosso poder-para é, simultaneamente, afirmar nossa resistência à subordinação. Isso pode tomar a forma de uma rebelião aberta, de lutas para defender o controle sobre o processo de trabalho, ou de esforços para controlar os processos de saúde e educação. O poder-sobre depende daquilo que nega. A história da dominação não é somente a luta dos oprimidos contra seus opressores, mas também a luta dos poderosos para libertar a si mesmos de sua dependência em relação aos sem poder. Entretanto, não há maneira pela qual o poder-sobre pode escapar de ser transformado em poder-para, porque a fuga do capital em relação ao trabalho depende do trabalho (de sua capacidade para converter poder-para em trabalho abstrato produtor de valor) na forma de taxas de lucro decrescentes.

Estamos começando a testemunhar novas formas de organização social, como parte da práxis revolucionária. Em adição aos Zapatistas, temos o exemplo importante do orçamento participativo do Partido dos Trabalhadores no Brasil. E, na Argentina, estamos vendo novas formas de luta organizada como resultado do recente colapso econômico do país. Estamos, aqui, referindo-nos a exemplos de protestos de rua de *piqueteros* (os desempregados), que estão ocorrendo na atualidade, e que emergiram há aproximadamente cinco anos atrás, nas comunidades pobres e nas províncias. Mais recentemente, novas *asambleas* (assembléias) nos bairros foram criadas a partir de protestos locais nas esquinas. Chegando a um número próximo a 300, em todo o país, essas assembléias se reúnem uma vez por semana para organizar *cacerolas* (protestos) e defender os que são expulsos de suas casas, têm suas empresas de serviço público fechadas, etc. Os *asambleístas* (membros das assembléias) também coordenam cozinhas onde se faz sopa para alimentar a si mesmos e a outros. Esse movimento anti-hierárquico, descentralizado e originado no povo, formado por trabalhadores empregados e desempregados, a maioria deles mulheres, tornaram-se urgentes desde de-

zembro de 2002, quando quatro governos colapsaram em rápida sucessão, seguindo o não pagamento da dívida externa na Argentina. A ativista canadense Naomi Klein (2003) captura o espírito que rodeia a criação das *asambleas* quando escreve:

Na Argentina, muitos jovens, que lutam contra as políticas neoliberais que levaram o país à bancarrota, são filhos de ativistas de esquerda, que foram “desaparecidos” durante a ditadura militar de 1976-83. Eles falam abertamente sobre sua determinação de continuar a luta política de seus pais, pelo socialismo, mas por meios diferentes. Ao invés de atacar os quartéis, eles ocupam terras abandonadas e constroem padarias e casas; ao invés de planejar ações secretamente, eles conduzem assembléias abertas nas esquinas; ao invés de insistir na pureza ideológica, eles valorizam a tomada de decisão democrática, acima de tudo. Um grande número de ativistas mais velhos, os que tiveram sorte de sobreviver ao terror dos anos 70, juntaram-se a esses movimentos, falando entusiasticamente do que aprendem com pessoas que têm a metade de sua idade, de seus sentimentos de liberdade em relação às prisões ideológicas de seu passado, de estar tendo uma segunda chance para acertar.

Uma reportagem recente na News & Letters (Notícias & Cartas) acrescenta a essa descrição:

O que é impressionante é como as *asambleas* fazem oposição feroz em relação a tentativas de controle e a qualquer sinal de hierarquia vertical, de cima para baixo. Elas insistem na independência, na autonomia, na autodeterminação, encorajando todos a aprender como dar voz a suas opiniões e a fazer rodízio das responsabilidades. Elas são explicitamente voltadas para o autodesenvolvimento individual, pessoal, ao mesmo tempo em que defendem a luta contra os poderes que acompanham tudo o que têm a sua disposição. (2002, p. 6).

As *asambleas interbarriales* (encontros gerais de várias *asambleas*) elegem delegados rotativos das *asambleas* para falar e votar em assuntos que suas comunidades locais geraram. Em adição a isso, os trabalhadores ocuparam um número de fábricas e locais de trabalho, tais como Brukman, Zanon, e Panificadora Cinco. Ocuparam também uma mina em Rio Turbio. Claramente, as novas formas de organização revolucionária estão aparecendo. Como Ernesto Herrera aponta:

As experiências do movimento *piquetero* e das assembléias dos bairros permitem a construção de um movimento revolucionário, um poder democrático popular com uma perspectiva socialista.

A 'grande revolta' colocou na agenda a questão da estratégia que liga resistência e luta por poder, democracia representativa e/ou o princípio da revogabilidade, os 'saqueos' como atos de auto-subsistência alimentícia (2002, p. 10)

Atualmente, Brukman, uma fábrica de vestimentas composta por 55 mulheres trabalhadoras, com idade entre 45-50 anos, tornou-se simbólica na luta contra o estado argentino. As operárias de Brukman estão demandando propriedade pública da fábrica, estabelecendo um precedente perigoso para a burguesia. Na verdade, aproximadamente vinte e cinco fábricas na Argentina estão ocupadas por trabalhadores que estão também demandando propriedade pública. Operários, em aproximadamente duzentas e cinquenta outras fábricas, estão demandando alguma forma de intervenção estatal para que se estabeleça alguma forma de controle dos trabalhadores (tal como a formação de cooperativas, etc.). Eles formaram uma frente popular para resistir às investidas por parte do Estado. No entanto, essas investidas continuam. Mais de vinte e cinco mil pessoas cercaram a fábrica Brukman, recentemente, para defender os trabalhadores que foram expulsos pela polícia, o que levou a numerosos ferimentos e prisões.

É claro que as *asambleas* enfrentam muitos problemas, já que são compostas por membros de frações de classe diferentes, com suas muitas e diferentes agendas políticas. Ainda assim, todas as *asambleas* consideram a reestratificação das indústrias recentemente privatizadas como uma prioridade máxima (mesmo que rejeitem os partidos vanguardistas). Ao mesmo tempo, nessa nova ascensão da mobilização popular, enquanto as subjetividades tornam-se revolucionarizadas sob o ataque do capitalismo, existe a necessidade de que haja uma proposta programática para um reagrupamento político das forças radicais e anticapitalistas. Deve haver mais opções disponíveis para os organizadores da esquerda revolucionária. Herrera escreve:

No México, o movimento zapatista não conseguiu traduzir sua capacidade de mobilização nas Consultas e Marchas em uma alternativa política da esquerda. Não houve modificação na relação de forças. A teoria do 'antipoder indefinido' ou da 'mudança no mundo sem a tomada do poder' não produziu nem um processo de reformas radicais e nem um processo revolucionário. (2002, p. 13)

Somos mais otimistas em relação às possibilidades do movimento zapatista do que Herrera, mas acreditamos que, tome a luta contra o imperialismo e a globalização capitalista a forma que tomar, será necessário que seja internacional. Acreditamos em uma luta multirracial, equilibrada em termos de gênero, antiimperialista internacionalista. O que parece promissor é a ascensão dos Círculos Bolivarianos (*Bolivarian Circles*) em Caracas, Venezuela, uma mobilização de massa por parte da classe trabalhadora

venezuelana em favor do Presidente Hugo Chavez. Os *Bolivarian Circles* (assim nomeados a partir de Simon Bolívar) atuam como grupos de cães de guarda modelados, segundo o Comitê para a Defesa da Revolução, e funcionando como elos de ligação entre os bairros e o governo, assim como fomentadores do apoio a Chavez. Eles são importantes no combate aos líderes de negócios e aos generais dissidentes do exército que, com apoio dos Estados Unidos, estão tentando derrubar o governo Chavez. Membros dos *Bolivarian Circles* batem em postes de luz ocos para avisar sobre as mobilizações da oposição e para chamar simpatizantes de todos os bairros de classe trabalhadora. Eles são um exemplo de autodeterminação em termos de soberania, o que fica evidenciado na declaração “Nuestra America: una sola patria” (Nossa América: uma só pátria) que rejeita uma lealdade ideológica à “América” definida por um sistema de valor oprimido pelo capitalismo, que favorece o imperialismo e a exploração para a obtenção de margens de lucro crescentes. Segundo “Nuestra America”, as pessoas não sucumbirão à modernidade neoliberal às custas de tornar-se “garis da extravagância industrial”. Esse movimento é um sinal claro de que o presente pode ser reescrito, de que há uma alternativa, e de que o povo pode procurar por sua própria “America” (Nuestra America, 2003). No espírito dessa declaração, urge que educadores críticos pressionem o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial para que abram suas reuniões à mídia e ao público e cancelem toda a extensão da dívida que atribuem aos países subdesenvolvidos, já que tais dívidas foram originadas por ditadores que usaram os empréstimos do FMI e do Banco Mundial para oprimir seu próprio povo a serviço da acumulação capitalista.

Na luta contra o capitalismo e suas formações estatais, Alex Callinicos (2003) discute duas opções: reformismo dentro do movimento anticapitalista (como resultado da pressão imposta pela fuga de capital e pela crise monetária, ou como reação às “rebeliões dos ricos”, como se viu, recentemente, na Venezuela) – um movimento que presenciou estados de centro-esquerda se renderem, sem luta, ao Consenso de Washington. Aqui, o Estado é considerado um veículo por meio do qual a mudança social pode ser levada a cabo com sucesso. Callinicos, entretanto, salienta um ponto importante que é o de que o Estado não pode simplesmente ser usado como um instrumento de transformação social, já que está muito envolvido nas relações sociais de produção e no aparato burocrático centrado nos meios de coerção. Callinicos não faz rodeios:

A experiência histórica recente confirma o julgamento realizado, há muito tempo atrás, por Marx e Lênin de que o Estado não pode simplesmente ser usado como um instrumento de transformação social. Ele é parte de um sistema capitalista e não um meio para modificá-lo. As pressões econômicas do capital internacional – refletidas particularmente na movimentação de dinheiro

ao redor do globo – força o Estado a promover uma acumulação de capital. Mais do que isso, no coração do Estado, existe um aparato burocrático permanente centrado no controle dos meios de coerção – as forças armadas, a polícia e os serviços de inteligência – cuja lealdade não se dirige a governos eleitos, mas à classe dominante não eleita.

Uma segunda opção, discutida por Callinicos, é aquela proposta pela ala autonomista do movimento anticapitalista. Essa posição renuncia à confiança no estado capitalista e também se abstém do objetivo de tomar o poder do capital. Callinicos cita Tony Negri e John Holloway como os expoentes possivelmente mais conhecidos dessa posição. A posição de Holloway é descrita por Callinicos como “uma forma extrema de fetichismo da mercadoria, na qual todas as estruturas aparentemente objetivas da sociedade capitalista são simplesmente expressões alienadas da atividade humana, baseadas na separação entre sujeito e objeto... quem faz e o que é feito”. O “movimento de negação” ou “antipoder” de Holloway sugere a Callinicos que “qualquer tentativa de entender o capitalismo como um conjunto de estruturas objetivas implica o abandono da concepção original de Marx a respeito do socialismo como auto-emancipação. Da mesma forma, virtualmente toda a tradição marxista subsequente é abandonada por ser ‘cientificista’ e autoritária”.

O projeto Holloway, que visa a dissolver as estruturas fetichistas da atividade humana alienada e a liberar as qualidades humanas que são negadas pelo capitalismo, é vista por Callinicos como extremamente perturbador. Ele argumenta, por exemplo, que o trabalho de Holloway and Negri está sendo utilizado na Argentina como uma forma de justificar “a idéia de que a pequena rede de fábricas abandonadas pelos seus patrões e tomadas pelos trabalhadores representam o começo de uma nova economia pós-capitalista. Ao mesmo tempo que fica claro que Holloway percebe que a luta contra a alienação não deve deixar os processos produtivos sob o controle do capital, sua abordagem apresenta uma contradição central. Na análise final, o brado de Holloway, que alega que “nós não lutamos como classe trabalhadora, nós lutamos contra sermos classe trabalhadora, contra sermos classificados” resume-se, realmente, em tentar abolir as relações capitalistas de produção, fingindo que elas não estão ali. Se estivermos verdadeiramente determinados a abolir as relações sociais capitalistas, faz menos sentido se des-identificar com a luta da classe trabalhadora do que construir formas mais efetivas de luta e organização da classe trabalhadora. O caso, aqui, é não permanecer paralisado pelo medo de que o capitalismo não possa ser derrotado, mas ajudar a cultivar fontes alternativas de poder na sociedade capitalista – o que Callinicos descreve como “as extraordinárias capacidades da auto-organização democrática que a massa de pessoas comuns possui”. Enquanto uma das rotas para chegar a isso é o sindicalismo, a auto-organiza-

ção contra o capitalismo não implica somente preservar a organização dos trabalhadores. Outras possibilidades incluem movimentos anticapitalismo, antiguerra e antiimperialismo. A chave para todas as tentativas de organizar movimentos sociais, argumenta Callinicos, é desenvolver e cultivar maneiras de organização, que unem a classe trabalhadora nos níveis local e nacional, na forma de conselhos de trabalhadores (aqui, Callinicos está pensando sobre as formas de organização que emergem durante as greves gerais e levantes populares da classe trabalhadora). Vimos essas formas de organização durante as Revoluções Russas de 1905 e 1917, na Revolução Espanhola de 1936, na Revolução Húngara de 1956, na Revolução Iraniana de 1978-79 e no surgimento do Solidariedade na Polônia em 1980-1. Conforme Callinicos:

Esses conselhos de trabalhadores encarnam formas mais avançadas de democracia do que as praticadas nas sociedades capitalistas liberais. Eles se baseiam na participação das bases, na tomada de decisão descentralizada realizada nos lugares onde as pessoas trabalham e moram, e no fato de que os delegados de instâncias superiores têm que prestar contas para aqueles que os elegeram. Os conselhos representam uma maneira alternativa de conduzir a sociedade àquela em que existem formas de poder centralizadas e burocráticas das quais a dominação capitalista depende.

O objetivo principal é desenvolver a capacidade dos movimentos sociais de desafiar, com sucesso, o centro do aparato do poder do estado capitalista e, eventualmente, substituir o estado todo. Os movimentos sociais podem servir de pontos de partida e irradiar lampejos de esperança como alternativa às forças governantes do capital. O desafio para nós é reconhecer que os Estados Unidos são tanto um produto do capital globalizado quanto um produtor do mesmo, e transformar os movimentos sociais incubados dentro de fronteiras nacionais em um movimento amplo contra o capital. Como Michael Löwy observa, em um tempo sem precedentes em que o capital permeia as linhas de demarcação e impõe sua força opressora, através de instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o império americano, o que está faltando é “uma rede de organizações políticas – partidos, frentes, movimentos – que possam propor um projeto alternativo dentro da perspectiva de uma nova sociedade sem opressor nem oprimidos”. A multiplicidade dos movimentos sociais (embora sejam heterogêneos em composição e diversificados em suas crenças sobre como combater o capital) identificam o mesmo inimigo – a classe capitalista transnacional. Eles reconhecem o amplo espectro da crise atual, que encerra uma crise da superprodução, uma crise de legitimidade do governo democrático e uma crise de superextensão, que exauriu perigosamente os recursos materiais terrestres.

Para analisar esse ponto, focamos nossa atenção sobre o importante trabalho de James Petras e Henry Veltmeyer (2001), que desafiam as

flagrantes desigualdades produzidas pelas corporações transnacionais e demandam salários de sobrevivência para os trabalhadores, produção de alimentos para os pobres urbanos e reforma agrária para os camponeses. Tal transformação indica a importância do ‘desenvolvimento de baixo para cima’ que pode ser alcançado através da democratização do local de trabalho, por meio de conselhos de ‘trabalhadores’ e ‘técnicos’, através das fronteiras internacionais, acompanhados do ‘desenvolvimento a partir de dentro’. Este se refere a uma mudança de grandes proporções na posse da produção, do comércio e do crédito, para expandir a produção de alimentos e satisfazer as necessidades básicas dos pobres que habitam o ‘mercado interno’. Para promover o socialismo – o que Petras e Veltmeyer referem como “uma mudança integral baseada em transformações nas esferas econômica, cultural e política e baseada em um entendimento da dominação multidimensional do imperialismo” (2001, p. 165) — os trabalhadores do, assim chamado, Terceiro Mundo irão confrontar-se com múltiplos obstáculos que atrapalharão seu caminho. Para encarar tal desafio com sucesso, Petras e Veltmeyer argumentam que devemos mudar de uma estratégia de exportação globalizada e imperialista para uma economia doméstica integrada. É importante não se desligar da produção mundial com o objetivo de ser auto-suficiente ou porque se acredita que é possível atingir o ‘socialismo em um só país’. Seria igualmente equivocado, eles observam, abraçar o socialismo de mercado porque não é razoável assumir que as forças do mercado, a propriedade privada e o investimento externo, dirigidos pelo governo, podem construir a base do socialismo. Todas as trocas econômicas – externas e internas – devem estar subordinadas ao regime democrático baseado na representação popular direta em unidades territoriais e produtivas.

Argumentamos que o que necessita ser enfatizado e alvo de luta não é somente a abolição da propriedade privada, mas também o trabalho alienado. O ponto-chave, aqui, é não se perder no debate Estado (capital nacionalizado) versus neoliberalismo (capital privatizado). Como o comitê editorial permanente da revista *News & Letters* deixou claro, o tema real, que não deve ser obscurecido, é a necessidade de abolir a dominação do capital sobre o trabalho. O capital necessita ser eliminado por meio da criação de novas relações humanas que eliminem o valor de produção totalmente. Isso não significa que devemos parar de nos opor ao neoliberalismo ou à privatização. O que significa é que não devemos parar aí.

Uma das principais tarefas que temos pela frente é a divisão e separação entre trabalho manual e intelectual. Essa luta está claramente dirigida ao desmantelamento do modo de produção capitalista e à promoção de condições para a criação de indivíduos que podem se associar livremente. Isso significa trabalhar para construir um conceito de socialismo que irá ao encontro das necessidades daqueles que lutam na presente crise do capitalismo global. Necessitamos, aqui, projetar uma segunda negatividade que se mova para além da oposição (oposição à forma de propriedade, isto é, à

propriedade privada) – uma segunda ou ‘absoluta’ negatividade, que se mova em direção à criação do novo. Isso não só estipula a simples adoção de novas formas de organização social, novos movimentos sociais, etc., mas se engaja nas novas questões teóricas e filosóficas que estão sendo levantadas por esses novos movimentos espontâneos. Necessitamos de uma nova revolução filosófica, assim como um nova pedagogia que emergja da dialética da negação absoluta (McLaren, no prelo).

Ao longo dos anos, fizemos esforços modestos para reviver a fecundidade da crítica marxista no campo da educação. Contrastando com muitos educadores liberais, que vêem a teoria marxista como sinônimo do discurso obstinadamente tacanho e reducionista produzido pela Segunda Internacional, acreditamos que a teoria marxista, em todas as suas manifestações heterônomas e gestações teóricas, por bem mais de um século, vêm desempenhando um papel analítico e político insubstituível de colocar a história como a mediadora da produção de valor humano. Chorar a morte do marxismo fará nada mais do que momentaneamente despertar o fantasma do velho demônio barbado. Claramente, os educadores de esquerda, no presente, necessitam “suspender as gastas coordenadas (pós)ideológicas existentes” (Zizek, 2002, p. 195), para repensar o Estado como um terreno de contestação, enquanto, ao mesmo tempo, desenvolvem uma frente popular internacionalista, multirracial, com equilíbrio em termos de gênero e anti-imperialista. Temos que manter nossa crença de que um outro mundo é possível. Precisamos fazer mais do que romper com o capital ou esconder-se dele; claramente, necessitamos desafiar sua regra de valor. Uma maneira necessária (mas não suficiente) de seguir, em nossa opinião, é desenvolver uma pedagogia crítica revolucionária, que permita grupos de trabalhadores multirraciais, bem representados em termos de gênero, descobrirem como o capital explora o valor de uso de sua força de trabalho, mas também como a iniciativa e o poder da classe trabalhadora podem destruir esse tipo de determinação e forçar uma recomposição das relações de classe pelo confronto direto do capital e todas as suas dimensões multifacetadas. Isso vai requerer que a pedagogia crítica não só perceba as oscilações da dialética trabalho/capital, mas também reconstrua o contexto objetivo da luta de classes para incluir as escolas. Esforços devem também ser feitos para quebrar a criação de novas espécies de poder-trabalho, pelo capital, por meio de tentativas atuais de corporativar, negociar e moralizar o processo de escolarização e resistir à infundável subordinação da vida na fábrica social que tantos estudantes chamam de lar (Cleaver, 2000; ver também Rikowski, 2001). Novas tentativas para reconstruir a esquerda educacional não serão fáceis, assim como não será fácil viver sob um Estado crescentemente militarizado e capitalista, em que a força de trabalho é constantemente colocada na prateleira para atender à vontade do capital. Como McLaren (no prelo) observou, enquanto a pedagogia crítica pode parecer guiada por aspirações grandiosas e elevadas, que provêm, com altas torres, uma paisagem desolada pelo deses-

pero, ela ancora nossa esperança nos sonhos do presente. Aqui, a revolução social não renasce em esguichos do tipo aerosol de acadêmicos antifundamentalistas, que somente aumentam o lastro do consenso liberal reinante, mas emerge da luta diária, da parte dos oprimidos, para se livrar do peso da ‘détente’ política e do desengajamento democrático. Ela está ancorada, em outras palavras, na luta de classe (McLaren, no prelo).

Pedagogia Crítica e a Esquerda da Sociedade Civil

Estamos vivendo num tempo em que a sociedade civil está sendo colonizada pelos sentimentos mal-humorados e pela propaganda política de rapina dos sábios da mídia direita, muitos dos quais advogam a guerra preventiva contra qualquer país que impeça a continuidade do “Modo de Vida Americano” e que regularmente denunciam os ativistas antiguerra como traidores. Enquanto freqüentemente se pensa a mídia como desempenhando um papel-chave na defesa da democracia, fica claro que, hoje, a mídia corporativa dos Estados Unidos serve enormemente os interesses da elite dominante, alijando o que resta da sociedade civil nesse processo. Enquanto a Fox Television foi identificada, na grande imprensa, como um veículo de ‘infoentretenimento’ para promover e defender a agenda do braço reacionário do Partido Republicano, consideravelmente menos controvérsia foi provocada pelo papel do Clear Channel Communications, a maior rede de rádio, composta por aproximadamente 1.200 estações (50 por cento do total americano). Em um de seus primeiros atos como presidente, Bush filho nomeou o filho do Secretário de Estado Colin Powell, Michael Powell, presidente da Comissão Federal de Comunicações. Powell controla a agência que regula as notícias domésticas e as redes de entretenimento em um momento em que a indústria das telecomunicações está prestes a ser desregulamentada, seguindo o Ato de Telecomunicações de 1996. Ao mesmo tempo em que Powell parece estar preocupado com a possibilidade de violações *anti-trust* na indústria do rádio, as aquisições da Clear Channel, que são as maiores da mídia de radiodifusão, dirigida pelo antigo parceiro de negócios de Bush filho Lowry Mays, continua intocável, apesar das investigações do congresso relativas aos seus negócios. Segundo Stephen Marshall, desde o 11 de setembro, o Clear Channel “tem sido a maior corporação adulatora e pró-militarista da Big Mídia” (2003, p. 24). Todas suas estações de rádio receberam listas negras de músicas, que incluíam “Peace Train” de Cat Stevens e “Imagine” de John Lennon. Durante a invasão do Iraque, o Clear Channel começou a patrocinar comícios pró-guerra “apóie nossos soldados” por todos os Estados Unidos, aos quais se referiam como “Comícios para a América” – o que não é de surpreender, para uma corporação que apóia Rush Limbaugh, mas que é perturbador para ativistas que lutam pela paz e críticos da administração Bush. Marshall relata: “Usando suas 1.200 estações, Clear Channel massa-

crou os ouvintes com uma torrente estonteante de ‘patriotismo’ acrítico (2003, p. 24). Marshall, mais adiante, adverte que “com Michael Powell, George W. Bush e Clear Channel, as linhas divisórias entre a mídia política, militar e corporativa tornaram-se borradas em um impulso autoritário” (2003, p. 24). É claro que outras estações de rádio e televisão estão seguindo esse caminho. Queremos mostrar um desses casos.

Defendendo sua decisão de dar um programa de televisão semanal para Michael Savage, apresentador de um controvertido programa de entrevistas no rádio, que se especializa em discursos violentos racistas, misóginos e homofóbicos, contra vários grupos, a rede de cabo MSNBC – co-propriedade da Microsoft e da General Electric/NBC – disse que a contratação de Savage – cujo show teve sua *première* no sábado, 8 de março – “era uma tentativa legítima de expandir o mercado de idéias” (FAIR, 2003). Entre outros atos supremos de ódio, Savage chamou crianças, vítimas de tiroteios, de “lama do gueto”; referiu-se aos países não-brancos como “thurd world nations” (ao invés de “third world nations”; sendo que “thurd” é um sinônimo de “merda”) e chamou a homossexualidade de “perversão”, enquanto, ao mesmo tempo, afirmava que os latinos “se reproduziam como coelhos”. Enquanto o relatório formal da MSNBC declarava que sua decisão de contratar Savage “sub-avaliava seu compromisso de garantir que sua programação não promovesse somente um ponto de vista (ver FAIR, 2003), a rede decidiu anunciar que um programa apresentado pelo liberal antiguerra Phil Donahue foi cancelado, mesmo que o programa tivesse conquistado os créditos mais altos na rede.

Um estudo financiado pela NBC descreveu Donahue como “um liberal de esquerda cansado, fora de contato com o mercado atual” e, sendo assim, ele seria “uma cara pública difícil para a NBC em um tempo de guerra” (FAIR, 2003). O relatório enfatizava o medo de que o show de Donahue pudesse se tornar “um lar para a agenda liberal antiguerra, em um período em que nossos concorrentes estão abanando a bandeira em todas as oportunidades” (FAIR, 2003).

Savage solicitou publicamente, ao governo, que prendesse os líderes do movimento antiguerra em caso de ela acontecer. Ele ameaçou usar sua influência para colocar na cadeia aqueles que protestaram contra o seu futuro programa. Disse que faria um esforço para investigar seus inimigos e que usaria, em seu benefício, o fato que os Estados Unidos têm um Advogado Geral republicano.

Como educadores críticos, condenamos os duplos critérios da mídia americana, particularmente no caso da contratação de Savage pela MSNBC. Não acreditamos em uma posição absolutista, baseada na Primeira Emenda (via Constituição dos Estados Unidos) – uma doutrina de tolerância pura e indiscriminada – que advoga o direito *de jure* para expressar qualquer opinião em público, uma defesa abstrata e indiscriminada do direito de qualquer cidadão expressar qualquer opinião de qualquer modo, independentemente

de seu conteúdo, significado ou impacto social repressor. Não só se deve considerar o conteúdo, mas também deve haver padrões de racionalidade (ver Reitz, no prelo). A defesa do enfoque “qualquer coisa serve”, reescreve o anti-racismo e o anti-sexismo como fanatismo. Todos participamos em discussões como seres racionais e isso nos obriga a conhecer a base de nossas convicções. Qualquer cultura política autêntica deve pressupor um contexto educacional e cultural que não tenta arrebatar o controle das idéias, mas que honra as posições opostas como pré-condição da busca pela verdade (ver Reitz, 2003). No caso de Michael Savage, o seu direito de jure de exprimir seu discurso de ódio é contraposto pela condição de facto, nos Estado Unidos, de que as opiniões de esquerda que desafiam a classe dominante são suprimidas na mídia corporativa e oligopólica, que “dramatiza a consciência” (no sentido usado por Raymond Williams) através de abstrações satanizadas e da administração do significado. A tolerância deve tornar-se uma força libertadora e não repressora e, como tal, a tolerância pura do discurso ‘livre’ deve ser desafiada quando impede as chances de criação de um contexto no qual as pessoas possam viver livres do medo e da violência. Como observa Charles Reitz (2003), servindo-se de Herbert Marcuse, a Primeira Emenda não pode ser usada para proteger o discurso e a ação daqueles que pretendem destruir o direito à liberdade e os direitos civis de outros. Parece que, na lógica dominante da mídia corporativa e das instituições governamentais que a apóiam, proibir o discurso de ódio de Michael Savage é uma ameaça à democracia, enquanto os crimes da direita – ataques imperialistas a nações soberanas, exploração do trabalho humano, apoio e treinamento de grupos terroristas em nome dos interesses norte-americanos – são tolerados em nome da democracia.

Isso nos leva a uma pergunta crucial: Como podem os educadores críticos revigorar a esquerda da sociedade civil em um tempo em que estamos criando um mundo onde as elites são, menos do que nunca, confiáveis em relação à sociedade civil? Takis Fotopoulos escreve: “Esta nova ordem mundial implica em que, no centro, o modelo que tem a maior chance de ser universalizado é o Anglo-Saxão, caracterizado por massas de pessoas com empregos mal-pagos ou desempregadas, que têm a pobreza aliviada pelas escassas redes de segurança que a ‘sociedade de 40 por cento’ está disposta a financiar, em troca de um grau tolerável de paz social, que será principalmente assegurada pelo vasto aparelho criado pelos setores público e privado” (1997, p. 358).

Se persistirmos com uma economia de mercado internacionalizada, a introdução de controles sociais efetivos para proteger as classes subalternas e os marginalizados, criará espantosas desvantagens comparativas para a nação, o estado, ou o bloco econômico que buscar instituir tais políticas. Em adição a isso, se aceitarmos que não há alternativa para trabalhar em uma economia de mercado institucionalizada, então as políticas neoliberais da classe dominante farão sentido para as elites e, em tais circunstâncias, é lógi-

co rejeitar a imposição de controles sociais pela esquerda da sociedade civil. A única resposta é uma que vem de fora – necessitamos fazer nossas escolhas entre o socialismo e a barbárie. Se escolhermos o último, então nós, verdadeiramente, não teremos alternativas a não ser dormir na cama neoliberal que fizemos para nós mesmos. Se escolhermos o socialismo, então não devemos abandonar nunca a visão de uma transformação radical da sociedade. Como educadores críticos e revolucionários que buscam transformar o estado capitalista existente em uma alternativa socialista, podemos começar a revisitar nossas noções de democracia estendendo o domínio público tradicional de forma a abranger os domínios econômico, ecológico e social, assim como o político (Fotopoulous, 1997). A democracia é aqui vista como um processo auto-instituente, em que não existem códigos de conduta humana definidos pelo divino ou pela objetividade.

Algumas posições, trazidas à luz por Takis Fotopoulous (1997) sobre a criação de uma transição revolucionária para o socialismo, são extremamente instrutivas, aqui, para reconquistar a noção de democracia e fornecer um conceito politicamente robusto de justiça social. De acordo com Fotopoulous, necessitamos desenvolver uma concepção mais profunda de democracia política ou democracia direta, que inclua as democracias econômica, política, cultural, social e ecológica. Isso pertence à rubrica que Fotopoulous chama de ‘democracia confederativa inclusiva’ e se refere ao compartilhamento equânime do poder entre todos os cidadãos por meio da auto-instituição da sociedade. Isso significa que a democracia está baseada na escolha dos cidadãos em termos do desmantelamento dos processos institucionalizados oligárquicos e da eliminação das estruturas políticas institucionalizadas, que personificam relações de poder desiguais. A democracia econômica deve ser institucionalizada por meio da eliminação dos processos oligárquicos e da colocação, nas mãos dos cidadãos, das decisões macro-econômicas, enquanto que as micro-econômicas, no local de trabalho e no lar, são assumidas pela unidade individual de produção ou consumo. Aqui, o foco está nas necessidades da comunidade e não no crescimento por si; a satisfação das necessidades da comunidade não dependem da contínua expansão da produção para cobrir as necessidades que o mercado cria.

Nesse modelo de democracia profunda, as relações de poder desiguais são eliminadas estruturalmente, por meio da garantia de que os meios de produção e distribuição sejam propriedade de um corpo multirracial de cidadãos, por ele controlados. A democracia no campo social refere-se a uma igualdade nas relações sociais no lar e no domínio social em geral, tal como no lugar de trabalho e no estabelecimento educacional. A democracia cultural significa a criação de atividades de arte e de mídia controladas pela comunidade. A democracia deve também ser sensível à ecologia, desenvolvendo um nível expandido de consciência ecológica, que atuará no sentido de criar pré-condições institucionais para mudança radical relativa à atitude da sociedade em relação à natureza, tornando-a menos instrumentalista e fazen-

do com que a visão da natureza, como um instrumento para o crescimento dentro de uma prática de criação de poder, seja mais provável. Resumindo, a noção de Fotopoulous sobre democracia inclusiva implica uma nova concepção de cidadania política e o retorno do conceito clássico de democracia direta em que a cidadania econômica envolve uma nova estrutura econômica de propriedade popular e o controle dos recursos econômicos; em que a cidadania social envolve estruturas de auto-gerenciamento no local de trabalho, democracia no lar e uma nova estrutura de assistência social, em que todas as necessidades básicas são democraticamente determinadas e atendidas com recursos da comunidade; em que a cidadania cultural permite que cada trabalhador da comunidade desenvolva seu potencial intelectual e cultural. Aqui, Fotopoulous combina as tradições democrática e anarquista com as tradições radicais Verde, feminista e de liberação. Em nosso ponto de vista, tal noção re-elaborada de cidadania é compatível com a construção de ação política independente por parte da classe trabalhadora, envolvendo professores, estudantes e outros trabalhadores culturais. Como base para a auto-organização da classe trabalhadora, esse estágio transitório incluiria a confederação das assembleias dos locais de trabalho como parte do movimento democrático mais abrangente, diretamente ligado às comunidades.

Para os educadores críticos revolucionários, a luta pela democracia inclusiva estipula trabalhar com os estudantes para construir uma consciência revolucionária e ação política como meios de resistir à instilação da feia verdade do capital: que ele é desenhado para separar a trabalhadora do seu trabalho. A fetichização e distribuição desigual de expectativa de vida produzida pelas relações capitalistas de produção devem ser desafiadas pela práxis dialética. A aliança liberal de centro-esquerda, que cultua a distribuição de recursos como o lugar da resistência e busca calibrar a transformação social de acordo com a facilidade com que ela pode ser integrada a um capitalismo mais “compadecido” e com uma cara humana, deve ser diretamente desafiada por uma filosofia da práxis que confronta, diretamente, o capital globalizado com a alternativa socialista. O tom do desafio pode ser dado pela moldura de um movimento social inter-geracional, multirracial, transnacional e anti-imperialista. Essa não é uma tarefa fácil, especialmente neste momento atual em que o desespero político tem infestado bastante a esquerda educacional. Isso requer uma esperança radical.

A esperança é a libertação da possibilidade, esta servindo de parceira dialética da necessidade. Quando a esperança é suficientemente forte, ela pode fazer o futuro voltar-se para trás, em direção ao passado onde, preso entre os dois, o presente pode escapar de sua órbita de inevitabilidade e quebrar a força da arrogância da história, de maneira que aquilo pelo qual se luta deixa de permanecer como uma idéia inerte, congelada na nos cafundós de Judas do “o que é”, e torna-se uma realidade esculpida a partir do “o que pode ser”. A esperança é o oxigênio dos sonhos e fornece histamina para a luta revolucionária. Os sonhos revolucionários são aqueles nos quais o so-

nhador sonha até não haver mais sonhadores, mas somente sonhos, modelando nossa vida diária, de momento a momento, e abrindo estradas de possibilidades nas quais as habilidades são nutridas não para a colheita do lucro, mas para a satisfação das necessidades e para o desenvolvimento global do potencial humano.

Os dias futuros testemunharão tentativas furiosas, por parte dos *petrolarcas* da administração Bush, de justificar sua ocupação política e militar. Eles dirão que estão tornando o mundo seguro para a liberdade e a democracia e dando oportunidades a outros países para que se beneficiem do “modo americano de vida”. Isso será acompanhado pelas tentativas da administração Bush de fomentar a produção de toda uma nova geração de armas nucleares para atingir seus objetivos expandidos de “segurança nacional”. Eles terão a maioria das comunidades cristãs evangélicas por trás dessas iniciativas. Parece que a população americana será deixada de fora do debate. Por que Bush se importaria com o que o povo americano pensa? Não foi o povo quem o elegeu.

Atualmente, o front mais importante contra o capitalismo é impedir os Estados Unidos de invadir mais países, já que a Estratégia Nacional de Segurança do país estabelece uma conexão irrevogável entre a dominação global dos Estados Unidos e o neoliberal Consenso de Washington (Callinicos, 2003a). Callinicos adverte que:

Se os Estados Unidos forem vitoriosos no Iraque, então é mais provável que faça uma ofensiva na América Latina, a área no sul em que a resistência ao neoliberalismo está mais avançada. Mesmo que os B-52s e as Forças Especiais não forem diretamente colocadas contra os trabalhadores sem-terra brasileiros ou os *piqueteros* argentinos, a vitória do poder militar americano irá enfraquecer a luta contra a pobreza e a fome por toda parte.

Ao comentar sobre o sentimento imperialista do povo americano (fazendo referência histórica especificamente ao México), John Dewey (1927) escreveu que “é muito fácil criar uma situação em que o grito de ‘fique ao lado do Presidente’ e depois o de ‘fique ao lado do país’ seja esmagador... O sentimento público, para ser permanentemente efetivo, deve fazer algo mais do que protestar. Ele deve expressar-se em uma mudança permanente de nossos hábitos”. Referindo-se ao imperialismo americano a partir do 11 de setembro de 2002, Gilbert Aschar (2002, p. 81) adverte portentosamente: “A pergunta real, inescapável é a seguinte: a população americana está realmente pronta para suportar mais 11 de setembros, como um preço inevitável da hegemonia global que somente beneficia a classe dominante?” Talvez seja hora de considerar os comentários que não vêm do teatro de guerra, mas do teatro dos dramaturgos e dos atores? Recentemente, Peter Ustinov observou: “O terrorismo é a guerra do pobre e a guerra é o terrorismo do rico”(citado em Berger, 2003, p. 34).

Rejeitamos a noção, proposta por Foucault e por outros pós-estruturalistas, de que produzir uma visão de futuro somente reforça a tirania do presente. Da mesma forma, rejeitamos a insistência de Derrida em dizer que não se pode se opor ao fetiche. Em nosso ponto de vista, seguir o conselho de muitos pós-modernistas, de que só o que podemos fazer é engajarmo-nos em uma crítica interminável das formas de pensamento definidas pelo fetiche da mercadoria, é auto-derrotista. Em contraste, acreditamos que podemos fazer mais do que aproveitar nossos sintomas em um mundo em que os sujeitos do capitalismo têm desaparecido, interminavelmente, no vórtex da história (ver Hudis, 2003). Como Peter Hudis (2003) comenta, tal derrotismo continuará aparecendo enquanto os críticos acreditarem que a produção de valor no capitalismo é natural e imutável. Acreditamos que a forma de mediação de valor no interior do capitalismo é permeável e que outro mundo fora do universo social do capital é possível. Estamos comprometidos, também, com a idéia de que a pedagogia revolucionária crítica pode desempenhar um papel na sua materialização. As vozes e ações dos educadores críticos tornar-se-ão mais cruciais nos dias que virão. Tome a luta a forma que tomar, em termos organizacionais, elas necessitarão dirigir-se a uma audiência global, que compartilhe a esperança radical de que um novo mundo, fora do universo social do capital, é possível.

REFERÊNCIAS

- Aschar, Gilbert. (2002). The Clash of Barbarisms: September 11 and the Making of the New World Disorder. New York: *Monthly Review Press*.
- Berger, John. (2003). Fear Eats the Soul. *The Nation*, vol. 276, no. 18 (May 12), pp. 33-35.
- Callinicos, Alex. (2003). State of Discontent. *Socialist Review*, no. 272 (March). <http://www.swp.org.uk/SR/272/SR2.HTM>
- Callinicos, Alex. (2003a). War Under Attack. *Socialist Review*, no. 273 (April). <http://www.swp.org.uk/SR/273/SR2.HTM>
- Cleaver, Harry. (2000). *Reading Capital Politically*. Leeds: Antitheses and Edinburgh: AK Press.
- Cockburn, Alexander. (2003). Yes, War Really is Hell. *The Nation*. April 28.
- De Angelis, Massimo. (2002). From Movement to Society. *The Commoner*, no. 4 (May). <http://www.commoner.org.uk/01-3groundzero.htm>
- Dewey, John. (1927). "Imperialism is Easy." *The New Republic* 50 (March 23). <http://www.boondocksnet.com/ai/ailtexts/dewey.html> In Jim Zwick, ed., Anti-

- Imperialism in the United States, 1898-1935. <http://www.boondocksnet.com/ai/>
- Elbaum, Max. (2002). *Revolution in the Air: Sixties Radicals turn to Lenin, Mao and Che*. London and New York: Verso.
- Fairness & Accuracy In Reporting, activism update. (March 7, 2003). “MSNBC’s Double Standard on Free Speech “Turd World” is OK— “anti-war, anti-Bush” is not.”
- Fisk, Robert. (2003). For the people on the streets, this is not liberation but a new colonial oppression. (2003). *The Independent*. April 17. <http://argument.independent.co.uk/commentators/story.jsp?story=397925>
- Fisk, Robert. (2003a). Library Books, Letters and Priceless Documents Are Set Ablaze in Final Chapter of the Sacking of Baghdad. *The Independent*. (April 15). <http://argument.independent.co.uk/commentators/story.jsp?story=397350>
- Fisk, Robert. (2003b). Americans Defend Two Untouchable Ministries From the Hordes of Looters. *The Independent*. (April 14). <http://162.42.211.226/article2918.htm>
- Fotopoulos, Takis. (1997). *Towards an Inclusive Democracy: The Crisis of the Growth Economy and the Need for a New Liberatory Project*. London and New York: Cassell.
- Gibbs, Navid N. (2001). Washington’s New Interventionism: U.S. Hegemony and Inter Imperialist Rivalries. *Monthly Review*, vol 53, no. 4 (September), pp. 15-37.
- Gindin, Sam. (2002). Social Justice and Globalization: Are They Compatible? *Monthly Review*, vol. 54, no. 2 (June), pp. 1-11.
- Grandin, Greg. (2003). What’s a Neoliberal to Do? *The Nation*, vol. 276, no. 9 (March 10), pp. 25-29.
- Greider, William. (2003). The Right’s Grand Ambition: Rolling Back the 20th Century. *The Nation*, vol. 276, no. 18 (May 12), pp. 11-19.
- Herrera, Ernesto. (2002). Latin America: The Current Situation and the Task of Revolutionaries. *Fourth International Press*, pp. 1-16. Wednesday, July 17.
- Holloway, John. (2002). Twelve Theses On Changing the World Without Taking Power. *The Commoner*, no. 4, (May). <http://www.commoner.org.uk/04holloway2.pdf>
- Kean, Fergal (2003). A dangerous groundswell of resentment is building up on the streets of Baghdad. *The Independent*, (April 19) http://argument.independent.co.uk/low_res/story.jsp?story =398447&host=6&dir=154
- Klein, Naomi. (2003). Privatization in Disguise. *The Nation*, April 15. In AlerNet.org. <http://www.alternet.org/story.html?StoryID=15638>
- Klein, Naomi. (2003). Demonstrated Ideals. *Los Angeles Times*. (April 20). <http://www.calendarlive.com/books/bookreview/cl-bk-klein20apr20.story>

Pelotas [22]: 21-54, janeiro/junho 2004

Lemann, Nicholas. (2002). The Next World Order. *The New Yorker*. January 4. http://www.newyorker.com/fact/content/?020401fa_FACT1

Löwy, Michael. Debate: Towards a New International? *Revista Rebeldia*, no. 2, (December 2002). <http://www.revistarebeldia.org>

Marshall, Stephen. (2003). Prime Time Payola. In *These Times*, vol. 27, no. 11-12 (May 5), pp. 23-24.

McLaren, Peter. (in press). *Critical Pedagogy and Class Struggle in the Age of Neoliberal Globalization. Democracy and Nature.*

Mendonca, Maria Luisa. (2003). New Challenges for Brazilian Grassroots Movements. *Economic Justice news*, Vol. 6, no. 1 (April), pp. 3, 14-15.

Moberg, David. (2003). The Road from Baghdad. In *These Times*, vol. 27, no. 11-12 (May 5), pp. 16-18.

Nuestra America: una sola patria, (2003). Found at <http://www.unasolapatria.org/documento.html>

Petras, James, and Veltmeyer, Henry. (2001). *Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century*. Halifax, Canada and London, England: Fernwood Publishing and Zed Books.

Reitz, Charles. (2000). *Art, Alienation, and the Humanities: A Critical Engagement with Herbert Marcuse*. Albany, New York. State University Press of New York.

Reitz, Charles. (forthcoming), *New Political Science*, Vol 25, N. 2, June 2003). Herbert Marcuse and the New Culture Wars: Campus Codes, Hate Speech, and the Critique of Pure Tolerance.

Rice, Condoleeza. (2000). Campaign 2000: Promoting the National Interest *Foreign Affairs*. (January/February). <http://www.foreignaffairs.org/20000101faessay5/condoleezza-rice/campaign2000-promoting-the-national-interest.html>

Rikowski, G. (2001) *The Battle in Seattle: Its significance for education* (London: Tufnell Press)

Rutherglen, Susannah. (2003). The Violent Obliteration of Art and Memory. *Yale Daily News*, April 15. <http://www.yaledailynews.com/article.asp?AID=22603>

Saletan, William. (2003). The Soft Bigotry of Loose Adulation. *Slate*, April 10. <http://slate.msn.com/id/2081213/>

The Research Unit for Political Economy. (2002). The Real Reason for the US Invasion: The Current Strategic Agenda of the United States. *Aspects of India's Economy*, nos. 33& 34 (December). <http://www.rupe-india.org/34/reasons.html> And <http://www.rupe-india.org/34/agenda.html>

The Resident Editorial Board. *News & Letters*, vol. 47, no. 6 (July 2002), pp.5-8

Wood, Ellen Meiksins. (2001). Contradictions: Only in Capitalism. In L. Panitch and

C. Leys, eds. *A World of Contradictions*, *Socialist Register*, 2002. London: Merlin.

Zizek, S. (2002). *Repeating Lenin*. Unpublished manuscript.

Zizek, S. Have Michael Hardt and Antonio Negri Rewritten the Communist Manifesto for the Twenty-First Century? *Rethinking Marxism*, vol. 13, no 3/4 (Fall/Winter 2001), pp. 190-198.

Peter McLaren é Professor Titular na Divisão de Escolarização Urbana (Division of Urban Schooling), da Pós-Graduação em Educação e Estudos da Informação, da Universidade da Califórnia, Los Angeles. Autor e editor de mais de 40 livros sobre tópicos que variam da etnografia crítica e da sociologia da educação até a teoria marxista, teoria social crítica e pedagogia crítica. Suas publicações mais recentes incluem os livros *Che Guevara, Paulo Freire e a Pedagogia da Revolução* (Rowman and Littlefield, 2000); *Vidas nas Escolas* (4ª. ed.) (Allyn & Bacon, 2002); e *Marxismo contra o Pós-modernismo na Teoria Educacional* (editado com D. Hill, M. Cole, & G. Rikowski) (Lexington Books, 2002). McLaren tem palestrado pelo mundo inteiro sobre as políticas de liberação. Seu trabalho já foi traduzido para 17 línguas.

E-mail: mclaren@gseis.ucla.edu

Nathalia Jaramillo é doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Educação e Estudos da Informação, da Universidade da Califórnia, Los Angeles.

E-mail: njara@msn.com

Recebido em junho/2003